JOÃO VICTOR DA COSTA ALECRIM
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

EDUCAÇÃO FÍSICA

Da Teoria à Empiria

EDITORA

EDUCAÇÃO FÍSICA

Da Teoria à Empiria

EDUCAÇÃO FÍSICA

Da Teoria à Empiria

JOÃO VICTOR DA COSTA ALECRIM
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Al1 ALECRIM, João Victor da Costa; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Educação Física: Da Teoria à Empiria. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Educação. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-977111-5-4

1 -Brasil. 2 - Educação. 3 - Educação Física. 4 - Esporte. 5 - Estudos de Caso
I - Título. II - Alecrim, João Victor da Costa. III - Educação. IV - Série

CDD–370

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema *double-blind-review*.

EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 3

A Política Nacional Voltada
Para a Detecção de Talentos Esportivos:
Uma Proposta Baseada em Experiências de Sucesso

A POLÍTICA NACIONAL VOLTADA PARA A DETECÇÃO DE TALENTOS ESPORTIVOS: UMA PROPOSTA BASEADA EM EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO

Luciano Vieira[1]

O esporte é um fenômeno sociocultural (MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2007) que tem despertado uma atenção especial da mídia e dos pesquisadores, e como consequência surgem diversos estudos sobre o assunto. Segundo Rúbio (2002), o esporte se apresenta como um dos principais fenômenos sociais contemporâneos, estabelecendo-se como um campo privilegiado, sob o ponto de vista educativo e sociocultural.

Nesse contexto, a ação do dirigente desportivo é cada dia mais ampla e complexa (CAPINUSSU, 2002). Os diversos estudos na área consolidam a importância de se dedicar a gestão do esporte e fazem do mesmo uma das prioridades das sociedades do mundo de hoje. Um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo esclarece que 'a competitividade das nações no esporte, estudada através de pesquisas comparativas das políticas para o esporte de alto rendimento é um tema atual da Ciência do Esporte no contexto internacional' (GEPAE, 2012).

Atualmente, o conceito de esporte abrange duas grandes categorias: o esporte de lazer e o esporte competitivo. A primeira categoria visa a prática da atividade física com objetivos sociais, psíquicos e de saúde. Já o esporte competitivo tem como finalidade

[1] Bacharel em Ciências Militares e Educação Física. Especialista em Treinamento Desportivo. Mestre em Administração Esportiva pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). E-mail para contato: lucianovieira1973@gmail.com

principal a busca da vitória, levando os atletas a buscarem seus limites máximos. Desta forma, sendo uma atividade de grande interesse, seja pela saúde ou pela disputa do pódio, o esporte ocupa uma posição de destaque em todas as mídias atuais (TUBINO; TUBINO, 2007).

Na área do esporte competitivo observa-se uma crescente procura por atletas de destaque. Essa procura é fomentada pelos clubes, empresas e empresários. Como consequência, a seleção dos atletas para esse fim está sendo antecipada a cada dia, ou até mesmo prematura (BOHME, 2007). Discorre que essa procura antecipada por novos atletas nem sempre é motivada pela nobre missão de defender as cores de seu país. Muitas vezes essa procura por atletas tem por objetivo final o retorno financeiro, seja em *marketing* para a empresa/clube ou em premiação por pódio. Assim, crianças são levadas de suas casas cada dia mais cedo com a promessa de se tornar um ídolo no esporte, porém diversas vezes com intenções escusas ao seu conhecimento (BOHME, 2000). Há quem pense na beleza transparente do esporte como representação de seu país. Bohme (2007) defende que a representatividade de uma nação no esporte inicia-se na descoberta de seus talentos esportivos. O autor afirma que a política nacional para a descoberta de talentos esportivos deve ter ênfase nos governos dos países que almejem uma posição de destaque internacional. Uma política efetiva para a descoberta de talentos possibilita que os mesmos, além de descobertos em idade ideal, possam se desenvolver e representar satisfatoriamente a sua nação (BOHME, 1995).

Um problema para a detecção de talentos é a temporalidade, pois muitos atletas são descobertos em uma época tardia, outros muito precocemente (BOHME, 2000). Para Bohme (1995), cada modalidade tem a sua idade ideal de detecção, seleção e promoção do talento esportivo. Atletas descobertos em época tardia apresentam resultados relevantes, porém, inferiores aos que teriam caso fossem

descobertos em sua idade ideal, a qual varia de modalidade para modalidade.

Os resultados obtidos pelos atletas não dependem somente de sua detecção em época ideal, existem inúmeros fatores intervenientes que contribuem ou dificultam esse caminho. Segundo Bosscher e colaboradores (2015), o sucesso internacional no esporte, no nível macro de análise, é influenciado por fatores como: população, bem-estar, variação climática e sistema político, os quais tem sido considerado em vários estudos. Segundo os autores, uma grande população favorece a busca de atletas, como é o caso da China.

O clima e o território são aspectos que devem ser levados em consideração para a prática do esporte. Fatores ambientais, tais como, temperatura e umidade do ar, velocidade do vento e temperatura média radiante, influenciam diretamente o conforto térmico de um indivíduo e podem afetar o desempenho esportivo (NEDEL, 2008). “O organismo humano experimenta sensação de conforto térmico quanto perde para o ambiente, sem recorrer a nenhum mecanismo de termorregulação, o calor produzido pelo metabolismo compatível com sua atividade” (p. 20) (FROTA; SCHIFFER, 2006). O conforto térmico humano é definido como uma condição da mente que expressa satisfação com o ambiente térmico (BUTERA, 1998). Segundo esses conceitos e dados populacionais, a prática do esporte brasileiro reúne condições de prover uma grande amostra populacional com um conforto térmico favorável a diversas modalidades em todo o território.

A literatura mostra que mais de 50% do sucesso esportivo no cenário internacional pode ser explicado por três aspectos: população, riqueza (expressa como produto interno bruto *per capita*) e o antigo comunismo, como um particular sistema político (BOSSCHER *et al*., 2015). Nessa perspectiva, observou-se que a população brasileira era de 204.576.636 de habitantes, no censo de

2015, distribuídos em um território de 8,5 milhões de km², de clima tropical (IBGE, 2015). Essas condições, ambiental e populacional, fazem do Brasil um país supostamente favorável à prática desportiva.

Bosscher e colaboradores (2015) defendem que uma das maneiras de se medir a produção de atletas por um país é contando o número de medalhas conquistadas durante os Jogos Olímpicos. Outra maneira é dividindo o número de medalhas pela população do país. Observa-se que o Brasil nunca teve uma participação significativa no número de medalhas em Jogos Olímpicos se comparado aos países europeus, embora tenha uma grande população e uma imensa extensão territorial, que sugere ser favorável ao desenvolvimento do esporte.

Um fato negativo para o esporte no Brasil é que se trata de um país relativamente jovem, tendo sua primeira participação nos Jogos Olímpicos ocorrida na Antuérpia, em 1920, quando conquistou três medalhas (uma de ouro, uma de prata e uma de bronze). Esse número médio de medalhas foi mantido durante dezenas de jogos até 1996, no centenário dos Jogos Olímpicos. Em Atlanta, 1996, o Brasil teve uma aparente representatividade de medalhas, conquistando três de ouro, três de prata e nove de bronze, perfazendo um total de quinze medalhas. A partir daí o Brasil elevou seu número médio de medalhas e manteve entre dez e vinte medalhas em todos os Jogos Olímpicos até Londres, em 2012 (COB, 2017).

Nos Jogos Olímpicos de 2012, dentre os 191 países e 13 territórios participantes, o Brasil ficou em 22º colocado. Esse resultado se deu pela conquista de apenas três medalhas de ouro, apesar de ter conquistado mais cinco de prata e quatro de bronze, a contagem para o *ranking* privilegia apenas os primeiros lugares. A França e Itália, que possuem populações relativas a um terço da população brasileira, ficaram em 7º e 8º no quadro de medalhas, com 11 e oito medalhas de ouro, respectivamente (COB, 2017).

Nos últimos Jogos Olímpicos, realizados em casa, o Brasil obteve apenas sete medalhas de ouro, seis de prata e seis de bronze (COB, 2017). Esse montante lhe conferiu a 13ª colocação do *ranking* de medalhas, dentre os 207 países e territórios participantes. Certamente, esse avanço no *ranking* do quadro de medalhas se deve ao planejamento, organização e coordenação do esporte.

Apesar dos últimos resultados medianos, se comparados aos três melhores países do mundo, no *ranking* de medalhas (Estados Unidos, Reino Unido e China) (COB, 2017), o Brasil encontra-se, ainda, em uma fase inicial de estruturação da política voltada para o esporte. De acordo com o Decreto 7984/2013 da Presidência da República, o Plano Nacional do Desporto pretende organizar a atuação governamental e estabelecer metas e objetivos, construindo uma visão de longo prazo para o esporte (BRASIL, 2015).

Pelas favoráveis condições numéricas populacionais, territoriais e climáticas, já citadas acima, o Brasil sugere possuir um enorme potencial para estar, no mínimo, entre os dez primeiros colocados no *ranking* de medalhas dos Jogos Olímpicos. As vontades política, por meio do plano Brasil Medalhas do Ministério do Esporte de 2012, e social caminham nesta direção, porém, por que esse objetivo não se realiza? Seria pela falta de uma política eficiente de descoberta de talentos esportivos ou haveria outros fatores intervenientes?

A detecção de valores esportivos aguça o interesse de diversas empresas que mergulham nessa procura a fim de buscar atletas para representar a sua marca e gerar lucros de audiência. Nesse contexto, um fator que falta às empresas privadas é um mecanismo de abrangência nacional a fim de abarcar toda a população brasileira na idade desejada para sua pesquisa de detecção de talentos. Porém, esse fator, ou poder de mobilização nacional, cabe apenas às entidades governamentais.

O presente estudo analisou os resultados da pesquisa da situação atual da política nacional para descoberta de talentos esportivos e comparou com os resultados dos países que tem obtido sucesso em suas políticas para o esporte. Por meio deste diagnóstico foi apresentada uma proposta para a política nacional do esporte no Brasil que promova a superação dos obstáculos observados. Sendo assim, este estudo serve como base para o aperfeiçoamento da política nacional dos esportes com foco no aumento do número de medalhas em Jogos Olímpicos, visando melhores resultados esportivos e a melhoria de vida dos atletas no Brasil.

A DETECÇÃO DO TALENTO ESPORTIVO

O talento esportivo

Segundo Joch (2005), os estudos sobre a temática do talento iniciaram-se em 1960, na Alemanha, e, em posteriores estudos, se dividiram em dois componentes: o estático, ligado ao aspecto psicológico da vontade, determinação e outros, e o dinâmico que se relaciona com o treinamento e desempenho. A par disso, há que se considerar, na conceituação de talento esportivo, o nível competitivo ao qual estamos nos referindo. Um jovem atleta pode ser considerado um talento esportivo no nível esporte escolar, não ocorrendo o mesmo quando este compete no nível da federação, ou através do clube esportivo, ou em níveis superiores como competições estaduais e nacionais (BOHME, 2000). No mesmo sentido, Kiss e colaboradores (2004) destacam que o talento esportivo é utilizado para designar pessoas que possuem aptidão (condição em determinado instante) especial, grande aptidão ou grande potencial, para o desempenho esportivo.

Colaborando com Joch (2005), Martin e colaboradores (1999 *apud* KISS *et al*., 2004) propuseram uma definição operacional em que "o talento é o resultado individual de um processo dependente das relações temporais existentes entre as disposições genéticas, a idade relacionada com a fase do seu desenvolvimento, as exigências do desempenho esportivo no treinamento, assim como de qualidades psicológicas" (p. 91).

O talento esportivo tem como um de seus componentes a predisposição genética de um indivíduo que contribui para levá-lo ao alto rendimento, caso esse talento seja desenvolvido (BOHME, 2007). Todavia, caso não seja detectado em tempo ideal por algum sistema de detecção de talentos, ele passará imperceptível e mais um atleta de elite em potencial será desperdiçado.

Bosscher e colaboradores (2015) salientam que sem talento, atletas como Ian Thorpe, Sidney Crosby, Inge de Bruijn ou Neymar Jr. nunca teriam desfrutado o nível de sucesso que eles alcançaram em suas impressionantes carreiras esportivas, como também inúmeros outros atletas de elite ao redor do mundo. Porém não é somente o talento que os habilitaram a conquistar medalhas e campeonatos mundiais. Eles cresceram em clubes esportivos onde tiveram oportunidade de desfrutar da infraestrutura física, médica, de treinadores, cientistas esportivos e mais uma gama de fatores que os levaram ao ápice no esporte.

Essa pesquisa foi vocacionada ao talento esportivo de elite, e nesse nível de competição se faz necessário que o atleta realmente tenha um talento nato, pois somente um bom treinamento não o levará ao pódio dentre os atletas de alto rendimento.

A detecção

Bohme (2007) afirma que a detecção, formação, seleção e promoção do talento esportivo estão diretamente relacionados com o processo de treinamento a longo prazo.

> A detecção de talentos esportivos corresponde a todas as formas utilizadas com o objetivo de encontrar um número suficientemente grande de crianças e adolescentes que estejam dispostas e prontas para a admissão em um programa de formação esportiva geral básica, considerado como primeira etapa do Treinamento a Longo Prazo (BENDA, 1998 *apud* KISS *et al*., 2004, p. 91).

Baseado nesses autores é possível inferir que a detecção de talentos é o primeiro passo para a obtenção de um atleta de sucesso. No entanto, da detecção até o desempenho de elite existe um enorme caminho a ser trilhado, passando pelo treinamento a longo prazo.

A detecção de talentos esportivos se dá através da motivação para a prática esportiva, seja no esporte de participação, escolar ou em competições das confederações. Cabe ao governo determinar regras e programas para que as escolas, clubes e confederações desenvolvam a prática esportiva de todas as modalidades em todo o território nacional, e através da adesão a esses programas esportivos os indivíduos são induzidos a comprometer-se com a prática de outras atividades saudáveis (FARIA JUNIOR, 2015).

A detecção de talentos esportivos pode seguir diversos modelos de atuação, como exemplo temos: o governo sendo

responsável, as escolas sendo as responsáveis, os clubes sendo os responsáveis ou a mistura de responsabilidades entre esses.

Respondendo a crescente pressão por desempenho dos atletas, vários países criaram programas para apoiar a identificação e o desenvolvimento de talentos (BOSSCHER *et al*., 2015).

Um bom sistema de detecção de talentos é de fundamental importância, principalmente para os países com populações menores. No próximo capítulo serão citadas algumas políticas governamentais do esporte de países que obtiveram sucesso com as mesmas.

POLÍTICAS PARA A DETECÇÃO DO TALENTO ESPORTIVO

A política do esporte

Segundo Mezzadri (2011) "o termo política no Brasil consiste em uma terminologia abrangente, constituído pelas instituições (partidos políticos e órgãos governamentais), pelos agentes (políticos e gestores) e pelo desenvolvimento das ações (programa e projetos), ou seja, engloba todas as dimensões possíveis do ato de governar" (p. 91).

Como se vê, as ações dos agentes políticos, ou governantes, seja por influência dos partidos ou órgãos governamentais, é o que define a política em suas variadas facetas.

Em um caminho paralelo, Maar (1982) argumenta que a participação da sociedade é o que baliza a ação dos governantes eleitos pelo povo:

> através dela se forma um espaço de presença da política no cotidiano e se abre um terreno à participação política fora do âmbito restrito do exercício do governo. Esta forma de entender a atividade política como uma experiência que se reflete na vida pessoal, harmonizando-a com o coletivo (MAAR, 1982, p. 32).

A visão do autor acima pode parecer hipócrita para os dias atuais, mas é uma definição básica do termo política como representação do povo para o bem do povo. Nesse sentido a política deve ser desenvolvida através de normas feitas pelo povo com vistas ao bem comum. Uma opinião mais moderna é a de Oléias (1999), para quem o termo 'política pública' já não existe mais, dando lugar ao poder de capital. Neste novo modelo neoliberal, a privatização suplanta a política determinando que qualquer atividade da vida social seja submetida ao interesse do mercado.

Apesar da diversidade de conceitos, existe uma unanimidade entre os autores de que a política deve ser formulada com o objetivo de engrandecer o todo. Sendo assim, independente da maneira de se conduzir a política, ela deve ir de encontro ao interesse público e favorecer o bem-estar social.

Para se fazer política, é importante seguir os pressupostos teóricos que ajudem na consolidação dos objetivos centrais. Por essa razão, a política deve ser faseada em percepção e definição do problema, elaboração de programas e decisão (planejamento), implementação de políticas, avaliação de políticas e correções das ações, fechando um ciclo completo (SOUZA, 2006). A seguir será exposta, de maneira detalhada, a política diretamente relacionada ao esporte.

O termo ‘políticas esportivas’ pode se referir a diferentes situações ou a um conjunto de ações específicas relacionadas à gestão de atividades esportivas para uma população (BERGSGARD *et al*., 2007). As políticas esportivas são diretrizes gerais que uma organização desportiva segue em busca de seus objetivos.

Essas definições ilustram que as políticas esportivas existem em organizações governamentais ou privadas e em diferentes níveis (municipal, estadual ou nacional) para um público variado (jovens, adultos, atletas, idosos etc.) e podem ter objetivos diferentes. Esses objetivos podem ser melhorar o bem-estar geral da população, usar o esporte como uma ferramenta educacional e ajudar os atletas a alcançar o sucesso esportivo em competições predeterminadas (HOULIHAN; GREEN, 2008).

Segundo Rowe (1994 *apud* BOSSCHER *et al.*, 2015), os decisores políticos precisam concentrar sua atenção na criação de sistemas de monitoramento para identificar características de talentos, e fazer sistemas robustos e bem-organizados de detecção de talentos para minimizar o abandono do atleta. Essa parte da política brasileira será definida no próximo capítulo.

A política nacional para a detecção do talento esportivo

A responsabilidade governamental pela estruturação e organização da política nacional do esporte cabe ao Ministério do Esporte, e uma de suas principais missões é garantir à população brasileira o acesso gratuito à prática desportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2015).

Na direção contrária, testemunham Fernanda Varela e Luana Marinho (2014) que o cenário brasileiro remete à falta de políticas públicas de incentivo ao esporte, tornando o sonho de ser atleta uma

tarefa difícil. E segundo Bosscher e colaboradores (2015), uma vez que os jovens optem por participar regularmente de algum esporte é importante que os órgãos do governo os incluam no processo de planejamento político para que novos talentos sejam identificados.

Contrapondo às autoras Varela e Marinho (2014), verifica-se no Quadro 1 a existência de inúmeros programas de incentivo ao esporte:

Quadro 1 - Programas do Ministério do Esporte

1. Plano Brasil Medalhas	10. Esporte e Lazer da Cidade
2. Rede Nacional de Treinamento	11. Vida Saudável
3. Centro de Iniciação ao Esporte	12. Futebol Feminino
4. Centros Olímpicos de Treinamento	13. Sistema Nacional do Esporte
5. Bolsa Atleta	14. Lei de Incentivo ao Esporte
6. Segundo Tempo	15. Diesporte
7. Atleta na Escola	16. Estádio Mais
8. Esporte da Escola	17. Legado Esportivo
9. Atleta Pódio	

Fonte: Brasil (2017).

Dos 17 programas citados, o Brasil Medalhas, o Rede Nacional de Treinamento, o Centro de Iniciação ao Esporte, Centros Olímpicos de Treinamento, o Segundo Tempo, o Atleta na Escola, o Esporte na Escola, o Futebol Feminino, o Sistema Nacional do Esporte e o Legado Esportivo tem alguma ligação com a detecção do talento esportivo. Portando existem 10 programas políticos, ou programas de governo, que em tese são os responsáveis pela detecção dos atletas no Brasil. Na sequência, esses programas serão analisados individualmente a fim de saber da sua efetividade em relação a detecção de talentos esportivos.

Plano Brasil Medalhas

Segundo o Ministério do Esporte (2017), o Brasil Medalhas é um plano de governo, lançado em 2012, com quatro finalidades. Duas delas não foram alcançadas, pois era colocar o Brasil entre os 10 primeiros países dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros dos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. As outras duas finalidades ainda estão em andamento, formar novas gerações de atletas das modalidades e estruturar centros de treinamentos que atendam desde as equipes principais do alto rendimento até as categorias de base.

Rede Nacional de Treinamento

Como o nome já diz, este programa do governo, criado em 2011, tem por finalidade formar uma Rede Nacional de Treinamento interligando as diversas instalações esportivas existentes ou em construção no país, como o legado da infraestrutura dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro.

O ideal do projeto é muito bom, pois tem o objetivo de criar um caminho para o atleta desde o início de sua prática esportiva na modalidade até chegar ao nível do alto rendimento. Dessa forma, previu-se instalações focadas na descoberta de talentos e outras destinadas a especializar atletas das seleções nacionais.

Centro de Iniciação ao Esporte

O Ministério do Esporte (2017) desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte no âmbito da segunda etapa do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). O objetivo dos Centros de Iniciação ao Esporte é ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. O projeto integra, num só espaço físico, atividades e a prática de esportes voltados ao esporte de alto rendimento, estimulando a formação de atletas entre crianças e adolescentes.

Centros Olímpicos de Treinamento

Esse programa compreende o Parque Olímpico da Barra e o Complexo Olímpico de Deodoro, com as seguintes instalações.

Quadro 2 – Centros Olímpicos de Treinamento

Barra		**Deodoro**	
Velódromo	Arena 1	Centro Militar de Tiro Esportivo	Arena Poliesportiva Cel. Wenceslau Malta
Centro de Tênis	Arena 2	Centro de Hóquei sobre Grama	Parque Equestre General Eloy Menezes
XX	XX	Centro de Pentatlo Moderno	XX

Fonte: Ministério do Esporte (2017).

O Ministério do Esporte (2017) dando início às possibilidades de utilização do Legado dos Jogos Rio 2016, enquanto ente público responsável pela administração dos Centros Olímpicos de Treinamento busca maximizar o conjunto de instalações olímpicas da Barra e de Deodoro, mediante a realização de parcerias com entes públicos e privados, ocupando-as com

treinamentos e eventos esportivos e não esportivos, de forma a propiciar a sustentabilidade financeira destas instalações.

As entidades públicas ou privadas interessadas em utilizar as instalações dos Centros Olímpicos deverão encaminhar à Autoridade de Governança do Legado Olímpico ofício devidamente assinado pelo dirigente máximo da instituição requerente, informando detalhes da solicitação (BRASIL, 2017).

Segundo Tempo

O Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social (BRASIL, 2017).

Atleta na Escola

O ministério do Esporte (2017) define que o Atleta na Escola que tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. Este programa fomenta a prática esportiva escolar, em todas as suas etapas: escolar, municipal, estadual e nacional.

Esporte na Escola

O Ministério do Esporte (2017) deu mais um passo importante na democratização do acesso ao esporte às crianças e aos jovens brasileiros. Com o fortalecimento da ação intersetorial do Governo Federal, integrando esporte e educação, foi possível duplicar o atendimento do Programa Segundo Tempo (PST), que oferece múltiplas vivências esportivas no contraturno escolar, por meio do Programa Mais Educação do Ministério da Educação, inserindo definitivamente uma proposta de esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico. A integração do Programa Segundo Tempo e do Programa Mais Educação é chamada de Esporte da Escola.

Futebol Feminino

O Ministério do Esporte (2017) está estruturando o futebol feminino no Brasil. O primeiro passo foi tomado pelo ex-ministro Aldo Rebelo, em dezembro de 2011, quando empossou como coordenadora de futebol feminino a ex-jogadora da seleção brasileira Michael Jackson. Em fevereiro de 2012 foi criado um grupo de trabalho para discutir soluções e buscar melhorias para o futebol feminino.

Desde então, o Ministério do Esporte (2017) possibilitou a realização de três Copas Libertadores da América de Futebol Feminino no Brasil. A primeira, em 2012, foi realizada em Pernambuco. A segunda, após articulação da Secretaria de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor com a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), foi disputada na cidade de Foz do Iguaçu (PR) em 2013. No ano seguinte, novamente com o apoio

do Ministério do Esporte, a competição continuou no Brasil, tendo como sede São José dos Campos (SP).

Além disso, o Ministério do Esporte (2017) também fortalece a formação de base da categoria e investe na realização de campeonatos escolares Sub 17 e da Copa Brasil Universitária de Futebol Feminino (CBUFF). A primeira edição da CBUFF, realizada em 2014, teve investimento do Governo Federal de mais de R$ 2 milhões de reais. Em 2015, o apoio cresceu e os recursos aplicados no torneio foram de R$ 2,475 milhões de reais.

Sistema Nacional do Esporte

Segundo o Ministério do Esporte (2017):

> O Sistema Nacional do Esporte (SNE) está sendo construído para organizar os entes públicos, privados e do terceiro setor - de forma articulada e integrada - para promover e fomentar políticas esportivas para toda a população brasileira. O SNE será implementado por uma Lei de Diretrizes e Bases, que definirá a estrutura e o funcionamento do esporte no Brasil. Serão caracterizados os níveis de atendimento, os serviços a serem ofertados e os responsáveis pela execução das diretrizes, seja em âmbito das entidades públicas – União, Estados e Municípios -, seja em colaboração com as entidades privadas.
>
> A lei disciplinará também as questões do financiamento do esporte, dos mecanismos de controle e participação social, bem como a política de recursos humanos e formação continuada dos integrantes do SNE. O objetivo é cumprir o preceito constitucional do direito de cada cidadão brasileiro durante toda a vida ao esporte, tornado o setor uma política de Estado.

> O SNE é fundamental para consolidar o esporte como uma política pública estruturante, cuja visão de futuro é alçar o Brasil à condição de potência esportiva sustentável. Isso requer a articulação entre duas faces inseparáveis dessa prática social: a democratização do acesso, em especial as crianças e os jovens, e a potencialização do esporte de rendimento. Essas dimensões devem estar articuladas para que se promova uma mudança cultural e se eleve o padrão esportivo do povo brasileiro (http://www.esporte.gov.br/index.php/sistema-nacional-do-esporte).

Legado Esportivo

Segundo o dicionário Ferreira (2010), legado é o que é passado às gerações que se seguem. Portanto, o Legado Esportivo é o que se deixa para as novas gerações em relação ao esporte.

O programa Legado Esportivo se confunde com a Rede Nacional de Treinamento, com os Centros Olímpicos de Treinamento, com os Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) e com o Atleta na Escola, pois define a infraestrutura de treinamento como as instalações construídas para os Jogos Olímpicos e as previstas para ser construídas como os CIE.

EXEMPLOS DE SUCESSO NAS POLÍTICAS PARA A DETECÇÃO DO TALENTO ESPORTIVO

Bosscher e colaboradores (2015) desenvolveram um modelo denominado *Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success* (SPLISS), em português são Os Fatores da Política

Esportiva que Levam ao Sucesso Esportivo Internacional, onde prescrevem nove pilares que sustentam o sucesso no esporte.

> Pilar 1 – Suporte financeiro;
>
> Pilar 2 – Governo, organização e estrutura das políticas esportivas, uma abordagem integrada para o desenvolvimento das políticas;
>
> Pilar 3 – Participação no esporte;
>
> Pilar 4 – Identificação de talentos e sistema de desenvolvimento;
>
> Pilar 5 – Apoio ao atleta e suporte pós-carreira;
>
> Pilar 6 – Instalações de treinamento;
>
> Pilar 7 – Treinamento e desenvolvimento de treinadores;
>
> Pilar 8 – Competições nacionais e internacionais;
>
> Pilar 9 – Pesquisa científica e inovação no esporte.

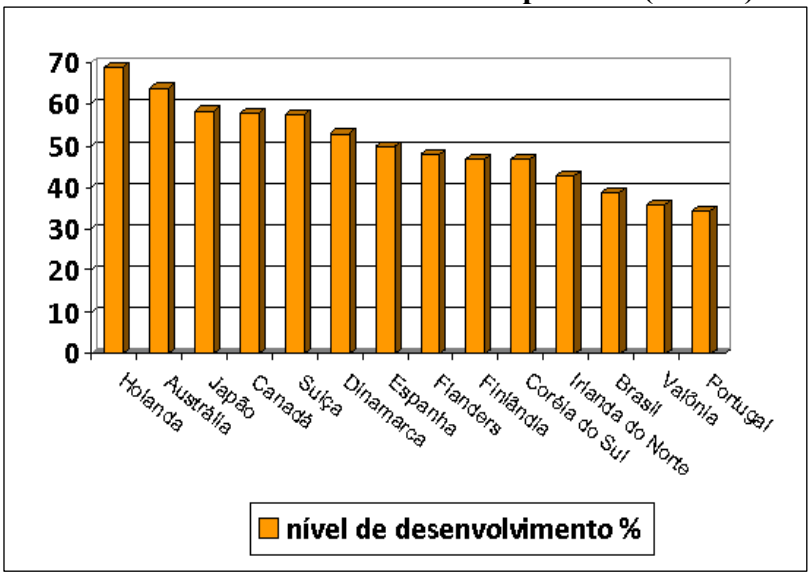
Dos nove pilares, os que interessam para essa pesquisa são o Pilar 2, pois discorre sobre as políticas esportivas e o Pilar 4 no quesito da detecção de talentos.

No pilar do governo, organização e estrutura das políticas esportivas, uma abordagem integrada para o desenvolvimento das políticas, figurado no Gráfico 1 pelo resultado da pontuação do modelo SPLISS, temos como exemplos de sucesso a Holanda e Austrália, que se destacam positivamente, seguidas pelo Japão, Canadá, Suíça e Dinamarca.

A pontuação global do modelo SPLISS, que observou 18 fatores críticos de sucesso para o Pilar 2, revela que a Holanda e a Austrália possuem uma abordagem mais integrada para o

desenvolvimento da política esportiva de elite. Essa abordagem dos dois países pode ser caracterizada por uma forte coordenação nacional, políticas de longo prazo e políticas da Associação Nacional do Desporto que são regularmente avaliadas por atletas e treinadores. Além disso, o Comitê Olímpico Nacional da Holanda e o Instituto Australiano de Esportes possuem funcionários permanentes, capazes de fornecer uma gama de serviços aos seus órgãos nacionais de governo e outras partes interessadas, e a qualidade da estrutura de comunicação e decisão é avaliada positivamente no ambiente esportivo de elite (BOSSCHER *et al*., 2015).

Gráfico 1 – Governo e Políticas Esportivas (Pilar 2)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Bosscher *et al.* (2015).

Na sequência da Gráfico 1 temos o grupo, que também se destaca positivamente, formado pelo Japão, Canadá, Suíça e

Dinamarca. Esse grupo se caracteriza por ter uma equipe de gestores permanentemente junto a Associação Nacional do Esporte, acrescidos de uma enorme variedade de serviços de elite oferecidos aos órgãos governamentais (BOSSCHER *et al*., 2015). Esses gestores assessoram suas Associações Nacionais oferecendo serviços por um pessoal altamente especializado, formados em Administração Esportiva e ligados diretamente aos atletas para saber suas necessidades e o melhor direcionamento a seguir na política esportiva.

Ainda no Gráfico 1 se observar, dos 14 países analisados, os mais desenvolvidos em relação a sua política esportiva, como também os que tem maior deficiência nessa política.

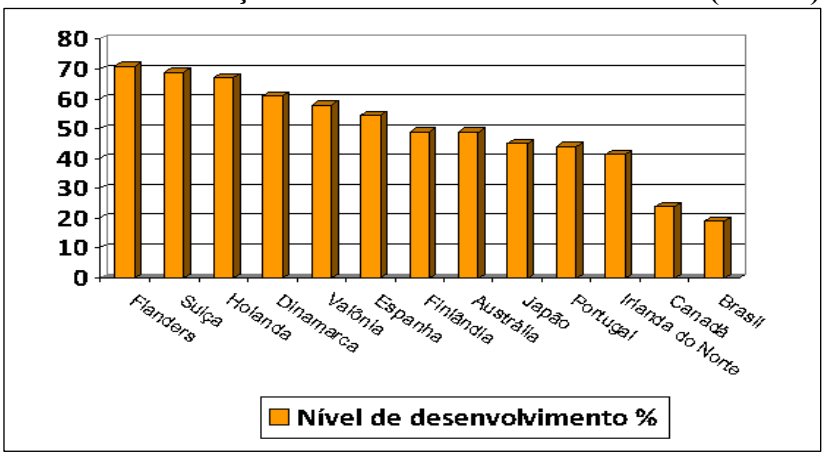
Da análise da pontuação do modelo SPLISS relativa ao Pilar 4, representada no Gráfico 2 por Bosscher e colaboradores (2015), verifica-se que dos 13 países analisados, Flandres tem o melhor nível de desenvolvimento em relação à detecção e desenvolvimento do talento esportivo, seguido pela Suíça, Holanda e Dinamarca. Não sendo surpresa, o Brasil encontra-se na última posição dos países analisados em relação a esse quesito.

Esse pilar é composto de duas partes: a detecção de talentos e o desenvolvimento do mesmo. Nesse estudo o interesse está na identificação de talentos, portanto o Gráfico 2, disposto na página seguinte, não representa de forma fidedigna esse quesito isoladamente. Desta forma, Bosscher e colaboradores (2015) que realizaram a medição da pontuação do SPLISS por fatores críticos de sucesso afirmam que a Suíça e o Japão são os países mais avançados na identificação de talentos.

A seleção sistemática de talentos é um fator decisivo na evolução do esporte. Fisher e Borms (1990 *apud* BOSSCHER *et al*., 2015) defendem que o desenvolvimento de um sistema de identificação de talentos, que visa identificar potenciais atletas de

elite de fora das bases esportivas conhecidas de um país, vem predominantemente das escolas, e é conhecido como processo de seleção científica relacionado ao sistema. Esse processo de seleção científica foi típico nos antigos países comunistas (RIORDAN, 1994 *apud* BOSSCHER *et al*., 2015). A Austrália foi um dos primeiros países a adotar tal sistema, e o desenvolveu entre 1994-2010, estabelecendo bases em evidências cientificamente fundamentadas, focando a DTE em programas de triagem em massa.

Gráfico 2 - Detecção e Desenvolvimento do Talento (Pilar 4)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Bosscher *et al.* (2015).

Da análise dos países que se destacam na detecção do talento esportivo observa-se que o modelo de sucesso nesse quesito é amparado pela escola. Ou seja, a responsabilidade pela DTE é determinada às escolas, fazendo com que cresça o esporte escolar e Universitário e a DTE tenha uma abrangência nacional.

O país que tem uma constância na disputa da liderança do esporte mundial são os Estados Unidos da América (EUA). Nos EUA a educação e o esporte andam juntos desde a iniciação até o alto rendimento. Essa cultura é muito forte nesse país e o modelo norte americano de formação de atletas causa inveja em diversos países do mundo. As Universidades americanas assumem um papel importante na vida social das cidades, criando uma ligação afetiva com a população da região, como acontece com os clubes no Brasil.

Nos EUA é comum ver pessoas usando uniformes das universidades americanas, como acontece com os clubes no Brasil. A diferença é que essa ligação das universidades com a população faz com que cresça o esporte e o ensino paralelamente, e como consequência a detecção do talento esportivo tem uma abrangência maior.

MÉTODOS E INSTRUMENTOS

Foi realizada uma pesquisa qualiquantitativa, transversal e descritiva, com delimitação na política brasileira de detecção do talento esportivo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

A parte qualitativa da pesquisa, que foi o foco principal, diz respeito ao funcionamento da política de detecção de talentos no Brasil e a comparação com outros países de sucesso nessa política. No que tange à pesquisa quantitativa, foram levantados os dados de detecção de talentos junto aos dirigentes das equipes desportivas dos últimos Jogos Olímpicos no Brasil. Os resultados foram depurados em uma análise estatística, de porcentagem simples e distribuição de frequências, para melhor representação do todo, a fim de se levantar a origem dos atletas brasileiros.

População e Amostra

O critério de análise da pesquisa está baseado na detecção de atletas de alto rendimento que participaram dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Portanto, a amostra selecionada para a pesquisa foram os dirigentes (técnicos ou chefes de equipe) de todas as modalidades dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Para Yin (2016):

> as amostras tendem a ser escolhidas de maneira deliberada, conhecida como amostragem intencional. O objetivo ou propósito de selecionar as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que gerem os dados mais relevantes e fartos, considerando seu tema de estudo (p. 79).

A pesquisa junto aos dirigentes das modalidades olímpicas e a análise documental de tais esportes sugeriram os indicativos e informações que possibilitaram levantar a origem dos atletas olímpicos no Brasil.

Instrumentos de coleta de dados e registro

Para responder as perguntas das questões a investigar, que balizam os objetivos da pesquisa, foi criado um questionário específico, o qual Vieira (2009) defende que:

> questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre

> determinado tema. O questionário é apresentado aos participantes da pesquisa, chamados respondentes, para que respondam às questões e entreguem o questionário preenchido ao entrevistador, que pode ser ou não o pesquisador principal. As respostas são transformadas em estatísticas (p. 15).

O questionário foi aplicado presencialmente a cada dirigente esportivo, perfazendo um total de 21 chefes de equipe, sendo estruturado com perguntas abertas e fechadas (VIEIRA, 2009), a fim de facilitar a comparação e descrição das políticas de detecção de talentos dos diferentes esportes participantes dos Jogos Olímpicos.

Para garantir que o questionário desenvolvido iria explorar o conteúdo relevante para a pesquisa, realizou-se um estudo piloto, com especialistas na área, que julgaram a pertinência, a clareza e o não enviesamento das questões. Foram recrutados três especialistas, tanto conhecedores de políticas públicas e privadas de gestão esportiva, quanto conhecedores deste tipo de pesquisa, que julgaram o instrumento de pesquisa como pertinente, claro e direcionado, fazendo poucas observações quanto a escrita. A partir dessas observações dos especialistas, o instrumento foi refinado e só então, aplicado para a realização da pesquisa.

Procedeu-se também uma análise documentária (RUMMEL, 1972), onde foram identificados os processos que compõem a política nacional de identificação de talentos desenvolvidos nos esportes estudados, através de uma classificação, *a priori*, separados por letras códigos: ‘A’ para programas do governo de detecção de talentos, ‘B’ para programas privados de detecção de talentos e ‘C’ para não detectados por programas de detecção de talentos.

Alguns dados foram levantados em fontes da *World Wide Web,* tomando-se o cuidado de dar exclusividade a estudos acadêmicos.

Para a realização da comparação com a política de identificação de talentos dos países com políticas esportivas de sucesso, realizou-se, também, o levantamento de informações na *World Wide Web* e pesquisa bibliográfica.

Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados se divide em dois momentos distintos: o processo de aplicação do questionário e o processo de análise documentária. Desta forma, segundo Thomas, Nelson e Silverman (2012), esse é um estudo essencialmente qualitativo com um componente quantitativo.

Para a realização do questionário foi feito um contato com o dirigente de cursos do Comitê Olímpico do Brasil (COB), pois os dirigentes estavam à disposição do COB para realizar cursos voltados aos Jogos Olímpicos. Na aquiescência do COB, foi realizada uma explanação rápida do projeto aos gestores das equipes brasileiras das modalidades olímpicas, com a apresentação do pesquisador principal desta pesquisa, explicando o objetivo da pesquisa, o tempo destinado ao questionário e demais detalhes da mesma. No aceite em preencher o questionário, foi agendada uma data de melhor conveniência para o gestor responsável. O questionário foi aplicado de forma individual, em ambiente privado e conduzido apenas após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Dos 42 chefes de equipe para os Jogos Olímpicos Rio 2016, 21 participaram da pesquisa.

Quanto a análise documentária, buscou-se a *World Wide Web*, em sites oficiais como do Ministério do Esporte e Comitê Olímpico do Brasil, a fim conseguir os programas políticos do

esporte no Brasil. Desta forma, levantaram-se os programas políticos voltados para a detecção do talento esportivo existentes no Brasil.

Na busca de se levantar os dados das políticas internacionais de sucesso no esporte, a fim de compará-los a política nacional, utilizou-se como base o livro *Successful Elite Sport Policies – An international comparison of the Sports Policy factors Leading to International Sporting Success in 15 nations* (BOSSCHER *et al*., 2015).

Análises dos dados

Para a análise dos dados gerados pelos questionários foi utilizada a decomposição temática (STENNER, 1993) das respostas geradas a partir das transcrições das mesmas por temas. Segundo Stenner (1993) "a decomposição temática é uma leitura atenta que tenta separar o texto em temas ou histórias coerentes. Esta abordagem baseia-se na ideia de que o discurso não expressa ou relata significados simplesmente, antes, os significados são construídos através do discurso" (p. 94). Desta decomposição temática buscou-se separar os temas de acordo com as questões a investigar, utilizando-se de códigos alfabéticos.

Após a aplicação de todos os questionários, foi procedida a leitura atenta dos mesmos para a codificação do material. A codificação ou a identificação dos temas foi realizada seguindo as instruções de Bertrand, Brown e Ward (1992). Assim, foram estabelecidos os códigos 'A', 'B' e 'D', que se referiram, respectivamente, à primeira, segunda e quarta questões a investigar para identificar conteúdos semelhantes de cada uma das perguntas do questionário que respondam as questões propostas. As codificações 'C' e 'E', foram também utilizadas, porém na análise

documentária, e relativas à terceira e quintas questões a investigar. Em seguida, foi feita uma nova leitura do material com as marcações, organizando-as dentro dos temas. As informações foram alocadas em temas para interpretação. Devido à natureza exploratória e descritiva desta pesquisa, as informações foram abordadas de uma forma mais descritiva que interpretativa. As informações da análise documentária como do questionário aplicado passaram pelo mesmo processo de identificação temática. Os resultados de ambas as fontes de informação (questionário e documentos) foram apresentados juntos na discussão de resultados.

A parte estatística, extraída do questionário, desenvolveu-se através da estatística descritiva com a porcentagem simples a fim de verificarmos o percentual de chefes de equipe que conheciam algum programa de detecção de talentos como também para se levantar o percentual de atletas participantes dos jogos olímpicos que surgiram através de programas de detecção de talentos. Outra avaliação estatística foi feita por distribuição de frequência onde se levantou, dentre as equipes que o chefe conhecia algum programa de detecção de talentos, a fatia da distribuição de frequência em que se encontrava tal esporte (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

Da análise do questionário extraíram-se os dados de interesse da pesquisa, os quais foram compilados na Tabela 1.

Pode-se observar, na Tabela 1, que 12 chefes de equipe para os Jogos Olímpicos Rio 2016 não conheciam nenhum programa de DTE, enquanto nove conheciam ao menos um programa de DTE. E dos nove chefes que conheciam algum programa, seis tiveram atletas advindos dos mesmos. Desta forma, do total de 410 atletas, dos 21 esportes que participaram da pesquisa, 30 são oriundos de algum programa de detecção de talento esportivo e se resumem a um grupo de seis esportes. Portanto 7,3% dos atletas das equipes participantes da pesquisa surgiram de programas de DTE.

Tabela 1 – Equipes Olímpicas e os Programas de DTE

Esporte Olímpico	O chefe da equipe conhecia algum programa de detecção de talentos esportivos? Onde ocorre o programa de DTE?		Total de atletas	Atletas que surgiram por Programas de DTE
Vôlei de praia	Não		08	-
Golfe	Não		03	-
Atletismo	Sim – não soube dizer		66	08
Nado sincronizado	Não		09	-
Rugby	Não		120	-
Tiro esportivo	Não		05	-
Ginástica Artística	Sim – UFRGS / Porto Alegre-RS		12	-
Remo	Sim – privado / Porto Alegre-RS São Francisco do Sul-SC		24	08
Badminton	Sim – privado / Rio de Janeiro-RJ		16	-
Basquete feminino	Sim – privado / Americana-SP		12	02
Boxe	Não		09	-
Tênis de mesa	Sim – privado / todos as regiões		06	-
Tiro ao prato	Não		04	-
Pentatlo moderno	Não		20	-
Canoagem	Sim – Municipal / Caxias do Sul-RS		05	02
Hipismo CCE	Não		05	-
Saltos ornamentais	Sim – UnB e privado / Brasília-DF		09	02
Polo aquático	Não		13	-
Esgrima	Não		16	-
Natação	Não		33	-
Handebol feminino	Sim – Jogos escolares / Jundiaí-SP		15	08
TOTAL	**Sim = 9**	**Não = 12**	**410**	**30**

Fonte: Elaboração própria.

Do grupo de esportes onde os chefes de equipe conheciam ao menos algum programa de DTE, que foram nove, foi feita uma distribuição de frequência elencando as faixas de frequência em percentual dos atletas da equipe que surgiram de algum programa de DTE. Sendo assim, a faixa 1 diz respeito às equipes que não tiveram nenhum atleta de programa de DTE, embora seu chefe conhecesse algum; a faixa 2 se refere ao percentual de atletas de 1% a 10% da equipe que vieram de algum programa de DTE; a faixa 3 se refere a 11% a 20%; a faixa 4 vai de 21% a 30%; a faixa 5 de 31% a 40%; a faixa 6 de 41% a 50%; a faixa 7 de 51% a 60%; a faixa 8 de 61% a 70%; a faixa 9 de 71% a 80%; a faixa 10 de 81% a 90%; a faixa 11 de 91% a 100%. A Tabela 6 demonstra essa ocorrência.

Tabela 2 – Percentual de atletas oriundos de programa de DTE

Ordem	Faixa de frequência	Distribuição absoluta	Distribuição relativa
1	0%	3	33,3%
2	1% a 10%	0	0%
3	11% a 20%	2	22,2%
4	21% a 30%	1	11,1%
5	31% a 40%	2	22,2%
6	41% a 50%	0	0%
7	51% a 60%	1	11,1%
8	61% a 70%	0	0%
9	71% a 80%	0	0%
10	81% a 90%	0	0%
11	91% a 100%	0	0%

Fonte: Elaboração própria.

Da análise acima se conclui que das nove equipes onde o chefe conhecia algum programa de DTE, três equipes, ou 33,3%, não

tiveram nenhum atleta oriundo destes programas, duas equipes, ou 22,2% delas, tiveram de 11% a 22% dos seus atletas oriundos de programa de DTE, uma equipe, ou 11,1%, teve de 21% a 30% dos seus atletas de oriundo programa de DTE, duas equipes, ou 22,2%, tiveram de 31% a 40% dos seus atletas de oriundo programa de DTE e uma equipe teve de 51% a 60% dos seus atletas de oriundo programa de DTE.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O embasamento dessa pesquisa foi voltado para as políticas do esporte direcionadas a detecção do talento esportivo para a promoção do alto rendimento. Nesse sentido, não existe consenso quanto a necessidade de centralização ou grande intervenção do governo nas políticas esportivas de elite. Entende-se que somente o governo tem o poder de obediência e recrutamento de toda a população através de leis, normas e regulamentos que favorecem o esporte. Observa-se também a importância do envolvimento dos *stakeholders* no desenvolvimento da política esportiva de elite (BOSSCHER; SHIBLI; WESTERBEEK; BOTTENBURG, 2015). Houlihan e Green (2008) apontam que além desses elementos, variáveis importantes deste tópico também se relacionam com contextos organizacionais, históricos e culturais que diferem de país para país. Portanto, é importante observar como os formuladores de políticas e os sistemas políticos respondem e se adaptam as mudanças com a crescente comercialização e profissionalização do esporte de elite.

As Políticas Nacionais voltadas para a DTE

Ao analisarmos as políticas brasileiras para a detecção do talento esportivo, observa-se que dos 17 programas de governo

existentes apenas dez se relacionam com a DTE. E dos dez programas de governo relacionados a DTE, apenas dois se voltam a esse papel, porém com importantes limitações, como será descrito a seguir:

Brasil Medalhas

Esse plano de governo, que visava colocar o Brasil entre os 10 primeiros países dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros dos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro, recebeu uma verba de um bilhão de reais desde o início da preparação para os jogos Rio 2016. Desse montante, a maioria foi gasto com apoio às seleções de atletas, contratação de técnicos, equipamentos, materiais, viagens para treinamento e competições. A menor parte, cerca de 450 milhões de reais, foi destinada para construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos. A nova infraestrutura se destina a preparar as seleções nacionais das modalidades e principalmente a formar novos talentos, que eram os outros dois objetivos do programa: formar novas gerações de atletas das modalidades e estruturar centros de treinamentos que atendam desde as equipes principais do alto rendimento até as categorias de base.

Da verba destinada à construção, reforma e equipagem dos Centros de Treinamento foram construídas somente as arenas destinadas aos Jogos Rio 2016, na Barra e Deodoro. E mesmo estas, não estão sendo utilizadas a fim de preparar as seleções nacionais e formar novos talentos, exceto o Centro Militar de Tiro Esportivo Tenente Coronel Guilherme Paraense e o Parque Equestre General Eloy Menezes que se encontram em utilização para treinamento e campeonatos nacionais das modalidades.

Rede Nacional de Treinamento

Esse programa, criado em 2011, tinha por objetivo interligar a infraestrutura esportiva do país e construir novos complexos esportivos para atender às categorias de base até o alto rendimento. Repetindo o descrito no programa Brasil Medalhas, não foram construídas novas instalações esportivas, apenas o Complexo Esportivo da Barra e o de Deodoro, os quais não estão sendo utilizados a fim de treinar e preparar as seleções nacionais, como formar novos talentos, exceto o Centro Militar de Tiro Esportivo Tenente Coronel Guilherme Paraense e o Parque Equestre General Eloy Menezes que se encontram em utilização para treinamento e campeonatos nacionais das modalidades.

Este projeto não saiu do papel em relação às instalações destinadas a detecção de talentos esportivos.

Centro de Iniciação ao Esporte

Esse programa visava criar espaços para o desenvolvimento da base do esporte de alto rendimento. Portanto, o objetivo dos Centros de Iniciação ao Esporte é ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. O projeto integra, num só espaço físico, atividades e a prática de esportes voltados ao alto rendimento, estimulando a formação de atletas entre crianças e adolescentes. Exatamente o foco da pesquisa em questão, o que certamente seria muito positivo para a detecção de talentos esportivos no Brasil. Porém, segundo o Ministério do Esporte (2017) o programa estava

atrelado a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), e por falta de verba não saiu do papel.

Centros Olímpicos de Treinamento

Esse programa compreende as arenas da Barra da Tijuca e Deodoro, já citadas no Quadro 2, e visa a utilização das mesmas para a detecção, seleção e promoção do talento esportivo visando o alto rendimento.

Compilando as informações do Ministério do Esporte verifica-se a falta de fomento para a utilização dos Centros Olímpicos, que com encargos financeiros pesados para essa utilização, acabam não sendo utilizados ou são utilizados para outros fins que não o esportivo. Desta forma, seu ideal não vem ocorrendo de maneira satisfatória para a seleção de talentos como para o treinamento das equipes nacionais, sendo apenas utilizadas para outros fins visando sua sustentabilidade, ou sobrevivência.

Segundo Tempo

O objetivo desse programa é democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte. Com esse objetivo, observa-se que o foco do programa é no esporte como integração social, saúde e lazer, podendo até surgir algum atleta de talento, todavia por acaso, pois este não é o foco do programa.

Atleta na Escola

Este programa realmente fomenta a prática esportiva escolar, em todas as suas etapas: escolar, municipal, estadual e nacional.

Desta forma, a detecção de novos talentos esportivos ou atletas do alto rendimento surgirão em meio às competições, caso essas competições abarquem todos os esportes olímpicos.

As limitações do programa são: a não obrigatoriedade de participação de todas as escolas, ficando a cargo das mesmas a inscrição nas competições, a falta de incentivo para o atleta, como bolsas de estudo, equipamentos etc. para motivar a participação de mais jovens e a inclusão de todos os esportes olímpicos nas competições escolares. Outro ponto negativo, é que os talentos detectados pelo programa Atleta na Escola devem ser acolhidos pelos Centros de Iniciação Esportiva, os quais ainda não foram construídos.

Esporte na Escola

Esse é um programa que integra o Programa Segundo Tempo e o Programa Mais Educação, e foi chamado de Esporte da Escola. O mesmo que tem como objetivo o desenvolvimento social, saúde e lazer através do esporte, e não busca a detecção de talentos esportivos.

Futebol Feminino

Este programa estruturou o futebol feminino no Brasil, criou competições, apoiou a base desse esporte e incentivou as competições escolares. É um programa que deu certo, fortaleceu o futebol feminino e despontou novos atletas para o Brasil. A única limitação é que atende a apenas um esporte, o futebol feminino.

Sistema Nacional do Esporte

O Objetivo deste programa era consolidar o esporte como uma política pública estruturante e alçar o Brasil a uma condição de potência esportiva sustentável. O programa tinha bases sólidas para um bom desempenho na detecção de talentos esportivos, pois definia os serviços a serem ofertados e os responsáveis pela execução das diretrizes, sejam no âmbito das entidades públicas (União, Estados e Municípios), sejam em colaboração com as entidades privadas. O óbice do programa foi não ter sido colocado em prática.

Legado Esportivo

O programa Legado Esportivo se confunde com a Rede Nacional de Treinamento, com os Centros Olímpicos de Treinamento, com os Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) e com o Atleta na Escola, pois define a infraestrutura de treinamento como as instalações construídas para os Jogos Olímpicos e as previstas para ser construídas como os CIE. Sendo assim, o pouco legado que restou não está atingindo o objetivo proposto para o mesmo, como já descrito em seus itens acima.

Desta forma, infere-se parcialmente que dos dez programas elencados como possíveis favorecedores da detecção do talento esportivo no Brasil, apenas dois se voltam a esse papel, e com importantes limitações.

A DTE nas equipes olímpicas brasileiras

Conforme já descrito na análise dos dados, a fim de se verificar a origem dos atletas brasileiros para os Jogos Olímpicos Rio

2016, foi aplicado um questionário aos chefes de equipe para os referidos jogos. De um total de 42 chefes de equipe para os JO Rio 2016 existentes, 21 aceitaram participar da pesquisa.

Dos 21 chefes de equipe participantes, 12 declararam não conhecer qualquer tipo de programa de detecção de talento esportivo, enquanto nove declararam que conheciam ao menos um programa de DTE. Desses nove, seis tiveram atletas advindos desses programas que computaram um montante de 30 de um total de 410 atletas.

Assim sendo, apenas 7,3 % dos atletas das equipes pesquisadas foram oriundos de algum programa de DTE. E, aprofundando nos programas que geraram atletas para os Jogos Olímpicos Rio 2016, excetuando o tênis de mesa e o handebol, todos os demais são programas que abrangem apenas uma cidade, não sendo uma detecção de talentos efetiva.

CONCLUSÃO

De acordo com a tabela 5, apenas 7,3% dos atletas, das 21 equipes avaliadas, são oriundos de programas esportivos para detecção. Desta forma, pode-se observar uma consequência da má política de detecção de talentos. Desses programas, o que se refere ao tênis de mesa e ao handebol feminino tem uma abrangência nacional, o primeiro com o programa ‘Diamantes do Futuro’ que atua em todas as regiões do Brasil, e o segundo com os jogos escolares. Os demais programas são pontuais em determinada cidade, não são governamentais, e apesar de fazer o seu papel, isso acontece de forma inócua levando-se em consideração o tamanho do território e população brasileiros.

Como se pode depreender, a política de detecção de talentos no Brasil não consegue abranger a totalidade da população ficando restrita a dois programas de governo, que restringem o acesso a eles, não atingindo a finalidade da política pública, de ser social, ou seja, alcançar toda a sociedade.

Bosscher e colaboradores (2015), embora não tenham achado correlação do Pilar 4 (identificação e desenvolvimento do talento esportivo) com o sucesso no esporte, afirmam que existe uma forte correlação entre o sucesso no esporte e o suporte econômico que o órgão do governo recebe para o desenvolvimento do sistema de monitoramento de identificação de talentos. Isto se deve devido ao pilar 4 abordar dois fatores distintos, que são a identificação e o desenvolvimento, fortalecendo que a identificação é mais importante do que o desenvolvimento, nesse caso. E como vimos na Tabela 1, menos de 10% dos atletas das equipes participantes dos JO Rio 2016, que participaram da pesquisa, tiveram origem em algum programa de detecção de talentos do governo federal. Deduz-se que falta um maior aporte financeiro para que a detecção de talentos esportivos no Brasil seja eficiente.

Os Jogos Olímpicos realizados no Brasil, em 2016, foi uma excelente oportunidade para o crescimento do esporte nacional e melhoria na infraestrutura para detecção de talentos no país. Porém, os inúmeros programas de governo destinados aos jogos e ao legado dos mesmos não obtiveram sucesso, como já descrito no item acerca de Políticas Nacionais voltadas para o DTE.

Outro fator que tem forte correlação com o sucesso esportivo é um sistema nacional coordenado para combinar o esporte de elite e o estudo no ensino superior, percebido por atletas e treinadores (BOSSCHER *et al.*, 2015). No Brasil não existe nenhuma coordenação entre o ensino superior e o esporte de elite, cabendo àqueles atletas determinados se desdobrarem para conseguir estudar em consonância com o calendário de competições.

Na política brasileira do esporte não temos uma definição clara de papéis na formação de atletas. As Universidades, os clubes e o governo se eximem dessa responsabilidade e jogam a culpa uns para os outros dificultando a criação de uma tradição entre a educação e o esporte. Dessa forma, as instituições de ensino superior tentam fazer uma detecção de talentos incentivando o esporte universitário, porém os clubes também tomam essa iniciativa de detectar atletas. Esse modelo de indefinição de papéis na detecção de talentos esportivos enfraquece o esporte universitário e torna os clubes, que não tem essa capacidade, responsáveis pela DTE.

Os clubes brasileiros é que tem uma ligação forte com a população. No Brasil é comum ver pessoas utilizando as camisas de seu clube nas ruas da cidade, ao contrário do que se vê nos EUA, onde o comum é ver as pessoas utilizando o agasalho da Universidade local.

Uma proposta de política nacional para a DTE

Com o entendimento de que a detecção de talentos esportivos é fundamental para que o Brasil avance para um melhor nível em relação ao número de medalhas olímpicas, foi desenvolvida a proposta a seguir.

O primeiro passo a ser realizado pelo Ministério do Esporte, que é o responsável por desenvolver a política nacional do esporte (BRASIL, 2017), é criar uma Secretaria Nacional de Detecção de Talentos. Essa ação deve ser coordenada pelo Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte, com o apoio da Assessoria Especial de Projetos. Dessa forma a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento ficaria voltada diretamente para a promoção do Talento Esportivo enquanto a Secretaria Nacional de Detecção de Talentos

se voltaria para a detecção do talento como descreve o seu nome.

Caminhando na direção top 10 do *ranking* de medalhas dos jogos olímpicos, o segundo passo é estruturar a Secretaria Nacional de Detecção de Talentos atribuindo objetivos e responsabilidades. Essa definição de responsabilidades é importante para estruturar de maneira coesa o sistema nacional do esporte. Isto está definido no programa de governo Sistema Nacional do Esporte, faltando apenas vontade política para colocá-lo em prática.

Após estruturar a Secretaria Nacional de DTE, o passo seguinte é determinar aos estados que criem suas Secretarias Estaduais de Detecção de Talentos, a fim de darmos uma capilarização nacional a DTE. Essas Secretarias que deverão cobrar das escolas o incentivo ao esporte, com bolsas escolares, profissionais capacitados, jogos escolares, municipais, estaduais e federais estruturados, e criar uma cultura do esporte na escola seguindo o modelo norte americano.

Com essas ações, o Brasil define os responsáveis pela execução de cada tarefa na Detecção do Talento Esportivo, sejam no âmbito das entidades públicas (União, Estados e Municípios), sejam em colaboração com as entidades privadas.

Os países de sucesso nessa política fazem o esporte caminhar lado a lado com a Educação (BOSSCHER *et al.*, 2015). Portanto, o Brasil deve fortalecer o esporte nas escolas incentivando e até mesmo obrigando que as mesmas (públicas e privadas) participem dos jogos escolares (municipais, estaduais e federais) e ofereçam 15% de bolsas integrais aos jovens atletas, através de regulação por leis específicas. Isso fomentaria o esporte e teria como consequência a detecção de valores esportivos.

Outro passo seria criar os Centros de Iniciação ao Esporte em todos os Estados, e que atendam a todas as modalidades olímpicas. Esses centros devem estar inseridos nas escolas para favorecer o

binômio esporte/educação. Desta forma, em todos os Estados da teríamos, ao menos, uma instalação voltada para cada uma das 42 modalidades olímpicas.

Por último, fortalecer o esporte Universitário com competições Estaduais e Federais, obrigando todas as Universidades a fornecerem 15% de bolsas integrais aos atletas, sendo essa ação regulada por lei específica.

Sendo assim, o Brasil irá iniciar uma cultura do esporte no país colocando a educação caminhando junto com o esporte, semelhante ao que se faz nos Estados Unidos da América. Com essa cultura o Brasil cresce no Esporte como também na Educação e os ex-atletas brasileiros podem ser absorvidos pela

Resumo das ações

a. Criação da Secretaria Nacional de Detecção de Talentos Esportivos (SNTE);
b. Estruturar a SNTE;
c. Atribuir objetivos e responsabilidades a SNTE;
d. Criação das Secretarias Estaduais de Detecção de Talentos Esportivos;
e. Incentivar a participação esportiva na escola, seja pública ou particular;
f. Fortalecimento dos Jogos Escolares (Municipais, Estaduais e Federais);
g. Lei regulando a obrigatoriedade de participação nos Jogos Escolares e a cessão de bolsas integrais à 15% dos jovens atletas;
h. Construir os Centros de Iniciação ao Esporte, atrelados às escolas;

i. Combinar o esporte de elite ao Ensino Superior, também com bolsas aos atletas (sugestão 15%); e

j. Criar a cultura do esporte atrelado a educação.

Desta forma acredita-se que o Brasil irá desenvolver o sistema esportivo nacional, principalmente na área voltada à Detecção de Talentos Esportivos, superando as dificuldades encontradas no passado com a indefinição de responsabilidades para a DTE, e sem nenhuma política de coordenação governamental ou privada.

REFERÊNCIAS

BERGSGARD, N. A. *et al*. **Sport Policy**: A comparative analysis of stability and change. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.

BERTRAND, J. T.; BROWN, J. E.; WARD, V. M. "Techniques for Analyzing Focus Group Data**. Evaluation Review**, Thousand Oaks, v. 16, n. 2, p. 198 – 209, April 1992.

BOHME, M. T. S. "O tema talento esportivo na ciência do esporte". **Revista Brasileira da Ciência e Movimento**, vol. 15, n. 1, 2007.

BOHME, M. T. S. "O Treinamento a Longo Prazo e o Processo de Detecção, Seleção e Promoção de Talentos Esportivos". **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 21, n. 2, 2000.

BOHME, M. T. S. "Talento Esportivo II: Determinação de Talentos Esportivos". **Revista Paulista de Educação Física**, vol. 9, n. 2, 1995.

BOSSCHER, V. *et al*. **Successful Elite Sport Policies**. Munich: Meyer and Meyer Sports, 2015.

BRASIL. "Medalhas do Brasil em 2016". **Portal Ministério do Esporte** [2016]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em 15/06/2026.

BRASIL. "Programas do Ministério do Esporte". **Portal Ministério do Esporte** [2017]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em 15/06/2026.

BRASIL. Plano Nacional do Desporto. Brasília: Ministério do Esporte, 2015. Disponível em: <www.esporte.gov.br>. Acesso em 15/06/2026.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

BUTERA, F. M. "Principles of thermal comfort". **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, vol. 2, n. 1, 1998.

CAPPINUSSU, J. M. **Administração Desportiva Moderna**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 2002.

COB – Comitê Olímpico do Brasil. "Medalhas em jogos olímpicos". **Portal COB** [2017]. Disponível em: <www.cob.org.br>. Acesso em 15/03/2017.

FARIA JUNIOR, A. **Atividade Física e Envelhecimento Humano**. Rio de janeiro: Editora H.P. Comunicação, 2015.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. **Manual de conforto térmico**. São Paulo: Editora PROL, 2006.

GEPAE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração Esportiva. **Comparação Internacional das Políticas para o Esporte de Alto Rendimento (SPLISS) – Análise Descritiva dos Resultados Brasileiros**. São Paulo: USP, 2012.

HOULIHAN, B.; GREEN, M. "Modernization and Sport: The Reform of Sport England and UK Sport". **Public Administration**, vol. 8, n. 3, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Brasília: IBGE, 2015. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26/06/2026.

JOCH, W. **O talento esportivo**. São Paulo: Publishing House Lobmaier, 2005.

KISS, M. A. P. D. M. *et al*. "Desempenho e Talento Esportivos". **Revista Paulista de Educação Física**, vol. 18, n. 2, 2004.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. **"**Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea". **Revista Movimento**, vol. 13, n. 3, 2007.

MEZZADRI, F. M. "Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos". *In*: MOTTA, A.; TERRA, R. **Esporte, lazer e políticas**

públicas na região dos lagos. Rio de Janeiro: Editora iVentura, 2011.

NEDEL, A. S. **Condições meteorológicas favoráveis à ocorrência de doenças respiratórias em crianças na cidade de São Paulo** (Tese de Doutorado em Meteorologia). São Paulo: USP, 2008.

OLÉIAS, V. J. "Políticas esportivas do Neoliberalismo". **Motrivivência**: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer, n. 12, 1999.

RÚBIO, K. "Do Olimpo ao Pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual". **Revista Paulista da Educação Física**, vol. 16, n. 2, 2002.

RUMMEL, J. F. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

SOUZA, C. "Políticas Públicas: uma revisão da literatura". **Sociologias**, n. 16, 2006.

STENNER, P. "Discoursing Jealous". *In*: BURMAN, E.; PARKER, I. **Discourse Analytic Research**: Repertoires and Readings of Texts in Action**.** London: Routledge, 1993.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2012.

TUBINO, M. J. G.; TUBINO, F. M. **Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte.** São Paulo: SENAC, 2007.

VARELA, F.; MARINHO, L. "Educação: Incentivo ao Esporte em outros países serve de inspiração para o Brasil". **Correio** [2014].

Disponível em: <www.correio24horas.com.br>. Acesso em: 12/06/2026.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Editora Penso, 2016.